



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 08/2011

-----Acta da reunião ordinária realizada aos vinte sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze.-----

-----Aos vinte sete dias do mês de Abril de dois mil e onze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, iniciando-se a reunião sob a Presidência do Senhor Presidente, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. Aprovação da acta da reunião anterior.

2. Intervenção do público.

3. Período Antes da Ordem do Dia.

4. Ordem do Dia

4.1. Conhecimento do ofício datado de 11 de Abril de 2011, remetido pelo Governo Civil do Distrito da Guarda, referente ao levantamento do condicionamento implantado na EN 338 Piornos/Manteigas.

4.2. Conhecimento do ofício nº 488/2011, datado de 05-04-2011, remetido pela Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, referente à Moção A23 – Of. Circular: nº 02/2011.

4.3. Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas, formulado pela Senhora Maria Helena Ferreira Pito.

4.4. Deliberação sobre a adjudicação da empreitada “Centro Interpretativo e Sensibilização Ambiental (Centro de Energias Renováveis – Fábrica do Rio)”.

4.5. Deliberação sobre a adesão do Município de Manteigas ao Protocolo de Cooperação Provedor de Justiça/ANMP, apresentado pela ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses.

4.6. Deliberação sobre o pedido de subsídio, formulado pela Associação Silêncio, com vista a minimizar as despesas da comemoração do seu 11º Aniversário.

4.7. Deliberação sobre a proposta de subscrição do Manifesto “Investir na Educação, Defender a Escola Pública”, promovido pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

4.8. Apreciação do acordo celebrado entre o Senhor ex-Vereador José Quaresma Pinheiro e o Senhor Alexandrino Estrela Ganilha, relativo à cedência de uma parcela de terreno no âmbito da execução da empreitada de “Requalificação Urbana da Estrada de Ligação da E.N. 232 à E.R. 338”.

4.9. Ratificação dos actos praticados constantes na informação nº 30/2011/APROV, datada de 19/04/2011, referente aquisição de serviços – requisições.

5. Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências.

Aprovação da acta da reunião anterior. -----

----- Achada conforme, a acta da reunião anterior foi aprovada e assinada, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído. -----

Intervenção do público. -----

----- Não houve público inscrito a fim de intervir na reunião. -----

Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Presidente transmitiu aos Senhores Vereadores que estava a decorrer no momento da realização da reunião de Câmara, um seminário promovido pela AFN – Autoridade Florestal Nacional, sobre o encerramento do projecto EEGRANT PQ 0016 – Infra-estruturação do Território e Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

Referiu que o Município de Manteigas foi escolhido para palco deste seminário, seguramente porque foi considerado um Concelho modelo por definição legal e, também, face ao trabalho desenvolvido, há já algum tempo, no que diz respeito à limpeza da floresta e à execução da rede primária, com implementação das faixas de gestão de combustível. Na abertura do seminário, foi reconhecido o trabalho desenvolvido, tanto no âmbito da preservação da AFN como do projecto EEGRANT. -----

De seguida, indagou se os Senhores Vereadores teriam sido convidados para o evento, visto que a Câmara Municipal tinha entregue a lista de protocolo à AFN para o efeito, ao que os Senhores Vereadores responderam negativamente. Aditou que não recebeu convite formal, todavia, estava ao corrente do agendamento do acontecimento, em virtude de ter ocorrido uma reunião com a AFN, no sentido de solicitarem as instalações do auditório e inteirarem-se da disponibilidade da Câmara para acolher o seminário. -----

Prosseguiu dizendo que, preocupado com a falta de divulgação do evento, questionou sobre quem é que estava a difundir-lo na comunicação social, dada a sua importância. Foi informado que teria sido o Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Florestas, que estaria presente no encerramento do mesmo, que comunicou ao Governo Civil da Guarda a realização do evento. Averiguada a questão, concluiu que a comunicação social não tinha sido informada e, conseqüentemente, diligenciou para que fosse suprida esta *démarche*. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dando conhecimento do convite formulado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Manteigas, aos membros do Executivo da Câmara Municipal, para o evento de homologação da nomeação do Comandante dos Bombeiros, a acontecer no dia vinte e nove de Abril, pelas dezoito horas, no Salão Nobre da Associação.-----

Continuou dizendo que, sempre que lhe chega algum convite deste tipo costuma dizer às direcções das Associações, que os convites têm de ser endereçados a cada um dos elementos do Executivo, porque os mandatos são pessoais e intransmissíveis. Não é o Presidente da Câmara que deve convidar os Senhores Vereadores para as actividades de outras instituições. Isto também foi transmitido à Direcção dos Bombeiros. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia lamentou a falta de convite que houve relativamente ao Executivo, para o seminário promovido pela AFN – Autoridade Florestal Nacional, sobre o encerramento do projecto EEGRANT PQ 0016 – Infra-estruturação do Território e Defesa da Floresta Contra Incêndios, uma vez que à semelhança do Presidente, do Vice-Presidente e dos Vereadores efectivos, também não foi convidado. Contudo, agradeceu a comunicação que estava a ser feita pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Prosseguiu dizendo que, na última reunião de Câmara, no que se refere à Conta de Gerência e ao Relatório de Actividades, falou que seria importante para todos, e em particular para ele que, trimestralmente, fosse feita uma avaliação da Execução Orçamental, o Relatório de Execução Orçamental com o Controlo Orçamental da Receita e da Despesa, o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos, o Plano das Actividades Mais Relevantes e, também, que fosse dada nota da evolução da dívida, no sentido de que estes documentos fossem presentes nos meses de Abril, Julho e Novembro.-----

De seguida, questionou sobre que novidades existem relativamente ao assunto tratado com o Inatel (processo do Centro Lúdico-Termal) na sequência de uma reunião que o Senhor Presidente teria tido com o mesmo, havia cerca de três semanas.-----

Prosseguiu dizendo que, também há cerca de três semanas, o Senhor Presidente referiu que a Fábrica das Águas tinha pago o mês de Janeiro e não tinha pago mais nada depois do mês de Janeiro, pelo que indagou se houve alguma evolução no processo, visto que o Senhor Presidente transmitiu que iria accionar os mecanismos jurídico-contenciosos necessários para o efeito. Aditou que ainda não percebeu qual vai ser a temática das informações do Senhor Presidente à Assembleia e, como a Assembleia seria na sexta-feira a seguir, gostaria de ser esclarecido. -----

Continuou indagando sobre a evolução de dois PERID's, presentes pelo Senhor Vereador Marco Veiga, que foram por ele analisados, tendo merecido uma apreciação da exclusão, tendo o Executivo deliberado a sua reapreciação e apresentação em sessão do resultado final. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

De seguida, deu nota de que foi abordado por duas munícipes, a Senhora Maria da Graça Fonseca Barbosa da Silva e a Senhora Maria dos Prazeres Fonseca Carvalho, que expuseram que enviaram duas facturas referentes a PERID's, uma com registo de entrada de Outubro e a outra com registo de entrada de Dezembro, a fim de serem liquidadas. Como até à data ainda não havia notícias acerca das mesmas, solicitou que o esclarecessem sobre o caso. -----

Prosseguiu dizendo que, em vinte e três de Março do ano em curso, solicitou que lhe fosse presente uma informação referente ao número de postos de trabalho que tinham sido apoiados pela Câmara Municipal, por ano, por empresa e por actividade, quais as empresas que tinham sido apoiadas, as bolsas de estudo que tinham sido concedidas, em termos de alunos, curso e custos, o apoio à natalidade, nupcialidade e fixação de pessoas e que até ao momento ainda não tinha sido presente. -----

De seguida, tendo em conta a falha processual relativa ao IRS, a não comunicação até trinta e um de Dezembro, e o facto do Senhor Presidente ter referido que ia falar com a Direcção de Finanças, indagou sobre evolução desta matéria. -----

-----O Senhor Presidente respondeu que, no que diz respeito à avaliação da Conta de Gerência, irá ser cumprido o que a lei permite. -----

Prosseguiu dizendo que, neste momento, a Câmara Municipal está envolvida num processo de avaliação profundo, a fim de perceber porque é que, de vez em quando, vão chegando determinadas facturas, de determinados valores. Isto atropela o que se pudesse prever no início do ano, com a apresentação do Plano de Actividades, do PPI – Plano Plurianual de Investimentos e GOP's – Grandes Opções do Plano e atrofia a avaliação dos números que, de vez em quando, vão chegando e que constituem uma surpresa, pese embora, segundo um ponto de vista, não haveria motivo para tal, tendo em conta as cabimentações orçamentais, os compromissos assumidos e os contratos assinados que, segundo a opinião do Senhor Vereador José Manuel Biscaia, é fácil saber qual é o valor a cada minuto. De facto, não é assim e para que, de uma forma objectiva e concreta, todos saibam o que é que está a acontecer, já pediu a quem faz a avaliação a partir do exterior, que o faça atempadamente e regularmente. Neste momento, está na Câmara um TOC – Técnico Oficial e Contas a apurar uma série de elementos que, do seu ponto de vista, faltam apurar, de há uns meses atrás, até de há uns anos atrás.-----

A informação a que os Senhores Vereadores têm direito por lei, irá ser prestada atempadamente. Aditou que ao nível da gestão do sector de contabilidade, houve algumas alterações, com a responsabilização de quem tem de ser responsabilizado, com a intervenção de quem tem de intervir nestas matérias no sentido de, em qualquer momento, se obter a informação correcta, objectiva e eficaz da realidade da Câmara.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que diz respeito à reunião havida com o Inatel, lembrou que havia dito ao Senhor Vereador José Manuel Biscaia que, aquando da realização da BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, se encontrou com a direcção do Inatel, nomeadamente com o Senhor Presidente do Inatel, Dr. Vítor Ramalho e com o Dr. Carlos Mamede, que lhe transmitiram que, a breve trecho, o iriam contactar para uma reunião. Solicitou que se realizasse em Manteigas, a fim de se ultimarem as negociações em relação ao protocolo apresentado. Todavia, tem-os contactado e, até agora, não tem havido disponibilidade de agenda por parte do Inatel para tal. Acrescentou que foi celebrado um protocolo no âmbito da conversação inicial, no qual o Inatel se mostrou disponível para a negociação.-----

No que diz respeito à Fábrica das Águas, prosseguiu corrigindo que, provavelmente, terá dito que a fábrica pagou o mês de Janeiro, mas o primeiro mês a facturar foi o mês de Setembro. Salientou que ficou para trás toda a facturação desde Janeiro até Agosto, pagou Setembro de dois mil e dez e depois não voltou a pagar mais nada. Aditou que as facturas foram enviadas para o tribunal. Houve um processo de injunção e a empresa “Da Nascente” reclamou do primeiro conjunto de facturas, argumentando que, do seu ponto de vista, não haveria direito à facturação da forma como ela foi feita. Todavia, foi feita, estritamente, de acordo com a adenda ao contrato equacionado entre as partes, que foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal.-----

Prosseguiu dizendo que, ainda, ontem analisou esta questão em conjunto com a Senhora Jurista da Câmara Municipal e, do seu ponto de vista, há um protelar da dívida, para ganhar tempo. Se não houvesse reclamação, a dívida seria aceite e o processo seria conduzido através das instâncias judiciais por um determinado caminho. Todavia, houve reclamação e um processo conduzido através da reclamação, tem de ser julgado e, tendo em conta a forma como está a justiça em Portugal, naturalmente, vai delongar-se.-----

Continuou dizendo que as facturas foram agrupadas e remetidas, atempadamente, para contencioso. Foram enviadas em conjunto, para não se remeterem mensalmente, originando, assim, custas judiciais todos os meses.-----

Prosseguiu dizendo que, depois da reclamação da empresa em relação aos processos de injunção, foi contactado pelo advogado da mesma, e este transmitiu-lhe que o Senhor Gerente da Empresa quer voltar a falar com a Câmara, na presença do advogado da empresa e da CGD - Caixa Geral de Depósitos. Salientou que não entende a razão pela qual a CGD está designada para a reunião, sendo que é o maior credor da empresa, para quem ela está a cumprir, rigorosamente, com o Plano de Recuperação. Eventualmente poderá não acontecer assim com fornecedores e com outros credores. Perante a solicitação da reunião, ele, Presidente da Câmara frisou que, se é para renegociar a dívida em termos de apresentação de um plano de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pagamentos, a Câmara está disponível. Se é para reduzir a dívida, ou pedir a dedução das taxas de urbanização no que diz respeito à aprovação da alteração ao loteamento, não se realizará reunião nenhuma, porque não há hipótese nenhuma de negociar nem a redução da dívida, nem a dedução das taxas. Está-se a fazer o que é legal e regulamentar, portanto, não haverá abertura.-----

Reforçou que a Câmara vai ser intransigente no que diz respeito à dívida, porque houve uma série de atitudes por parte da empresa, que levaram a que o finalizar do processo fosse sendo protelado e demorado. Até na colocação do caudalímetro. Concluiu dizendo que não se podem prejudicar os interesses do Município de Manteigas.-----

No que diz respeito à questão dos PERID's para análise por parte da comissão, referiu que o Senhor Vereador prestaria a informação necessária.-----

Quanto à questão das duas municipais cujas facturas têm registo de entrada de Outubro e Dezembro, só não estão pagas se não tiverem as declarações de não dívida. Aditou que esteve a analisar questão dos PERID's, na semana anterior, juntamente com o tesoureiro e, o que faltava pagar, que tinha ultrapassado os quarenta dias, eram exactamente os PERID's, cujos promotores ainda não apresentaram a declaração de rendimentos.-----

Prosseguiu dizendo que no ano passado se desenvolveram sessenta e um PERID's que foram praticamente todos pagos. Houve a preocupação de não deixar atrasar estes processos e foram pagos trezentos e setenta e seis mil euros ao longo de todo o ano. Estes processos vêm traduzir uma melhor qualidade de habitação e vêm, também, criar sustentabilidade económica junto das empresas e da indústria de construção civil. A Câmara Municipal está atenta e deu provas do que está a fazer o mesmo que fez com os que se desenvolveram durante o ano de dois mil e dez.-----

No que se refere ao pedido de informação apresentado a vinte três de Março, pelo Senhor Vereador José Manuel Biscaia, questionou a Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral sobre o assunto, ao que ela respondeu que estava a ser tratado. Consequentemente, o Senhor Presidente solicitou que se envidassem esforços para que essa informação seja presente na próxima reunião.-----

Em relação à questão do IRS, informou que as notícias são favoráveis porque já veio a comunicação a referir que a pretensão foi aceite. De seguida, solicitou que se juntasse igualmente essa informação às outras a apresentar.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indagou se, em relação ao assunto da Fábrica das Águas, as facturas têm sido devolvidas pela firma ou a firma aceita as facturas.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que a firma não devolve as facturas, aceita as mesmas e não as contesta. Contestou apenas a acção de injunção.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia pensa que a acção de injunção é um processo muito estranho, pelo que a jurista e o advogado da Câmara esclarecerão. Desconhece se o processo de injunção para um caso destes, ou seja facturas não pagas e não reclamadas mediante um contrato, entra imediatamente em contencioso. -----

Prosseguiu dizendo que a firma é uma "S.A." e obrigatoriamente tem que publicitar as contas em jornais de tiragem nacional, pelo que a Câmara Municipal tem acesso à pública mostra das contas. Acredita que o TOC – Técnico Oficial de Contas ou a ROC – Revisora Oficial de Contas que prestam serviço à Câmara, ou os dois possam consultá-las. Aliás, do próprio contrato resulta que a Câmara, a todo o momento, terá acesso também a essas contas, todavia não é necessário visto que são publicadas e tendo em conta que se está no mês de Abril, obrigatoriamente, elas serão divulgadas e por aí se poderá chegar a alguma conclusão. Pensa que se a Caixa Geral de Depósitos está envolvida, pode dar algum apoio na apreciação das contas.-----

No que se refere à questão do fornecimento, trimestral, do Mapa da Execução do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, do PAMR - Plano das Actividades Mais Relevantes e da evolução da dívida, esclareceu que, independentemente da legalidade, apresentou uma proposta cuja apreciação não pretende que seja feita no momento, até porque envolve uma apreciação efectuada com algum tempo. De seguida, reiterou o pedido e referiu que estes três relatos dariam ao Executivo todo, uma ideia permanente e regular do que está a executar, quais são as insuficiências de execução provenientes de factores exógenos, ou outros que efectivamente existam. A apreciação intercalar, nos meses de Abril, Julho e Outubro facilitaria a preparação do Plano de Actividades para o ano seguinte. Concluiu o assunto dizendo que se podia guardar a discussão do mesmo para a reunião seguinte, até porque a Contabilidade tem de criar os mecanismos necessários, embora automáticos, ou parte deles, situação que terá de ser avaliada com os serviços.-----

Voltando ao assunto da Fábrica de Águas referiu que a firma entrou em sobressalto antes da administração actual e esta administração ia adiando sucessivamente a resolução dos assuntos e quando tinha responsabilidades, acabava por dizer que era a Câmara que não lhe respondia, ou que a Câmara não estava presente quando era necessário estar presente e, pelos vistos, é uma forma perniciosa de administração que não se conjuga com nada, muito menos com uma empresa que tem uma concessão deste nível com uma Entidade Pública. -----

Prosseguiu dizendo que pensa que a injunção é como a relação da Câmara Municipal com a AZC – Águas do Zêzere e Côa, S.A.. Para este caso concreto, é necessário um processo de contencioso. Não tem nada contra a empresa, pode-se avaliar todo este processo com a administração e com as contas que sejam publicadas. Continuou dizendo que alertou para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

facto de, quando a Câmara fez o segundo contrato, já não haver só uma empresa neste processo. Há duas empresas que não contrariámos: a “Da Nascente” (com título da concessão) e depois criaram uma empresa subsidiária, de exploração, a “Glaciar” desconhecendo como foi agregada, à qual efectivamente entregaram todo o resto do processo. É necessário ver de que empresa se está a falar, porque pensa que a empresa “Da Nascente” é S.A., e não tem a certeza de que a outra empresa seja uma S.A..-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso confirmou que a empresa “Glaciar” também é uma S.A. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia prosseguiu dizendo que não tem nenhum juízo valorativo sobre este procedimento, mas a Câmara, no mandato anterior, foi de tal maneira malbaratada e mal tratada no meio deste processo negocial, que recomenda que se adopte o máximo de cautelas e se saiba, a todo o momento, com que firma a Câmara está a falar e a negociar.-----

-----O Senhor Presidente agradeceu a recomendação do Senhor Vereador e salientou que o Executivo actual já tem muitas cautelas e acima de tudo tenta saber como está a empresa. Existem indícios no exterior que levam a Câmara Municipal a algumas conjecturas. Todavia, está-se atento e tem-se sido inflexível naquilo que foram as decisões tomadas na Câmara. Existe um contrato e uma adenda ao contrato celebrado e a partir daí, no que diz respeito à apresentação das facturas para um processo de injunção, tem sido inabalável.-----

Prosseguiu dizendo que dá crédito aos conhecimentos e intervenção tanto do advogado da Câmara que é do mesmo tempo, em que os Senhores Vereadores José Manuel Biscaia e José Manuel Cardoso eram Presidente e Vice-Presidente da Câmara, respectivamente, e da Técnica Jurista que também é a mesma, cuja competência é inquestionável e que o tem aconselhado em relação a esta matéria. Não remete as facturas para injunção, de livre arbítrio, sem ter uma informação concreta e objectiva em termos jurídicos. Este é o processo que aconselharam, como sendo o mais viável, tendo em conta que os processos directos de cobrança por via judicial, são processos que se somam uns aos outros com um *timing* imprevisto e, através dos processos de injunção, pode haver uma regularização dos pagamentos de uma forma mais rápida. A empresa contestou, neste momento, a primeira injunção, porém, pensa que a argumentação que a mesma apresentou “cai por terra” visto que não tem qualquer tipo de razoabilidade.-----

Continuou dizendo que, no que toca à consulta das contas da empresa, o Técnico Oficial de Contas da Câmara Municipal pode, de facto, consultá-las. É uma possibilidade que não irá ser desperdiçada.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que diz respeito à existência de duas empresas, referiu que a relação da Câmara é com a empresa “Da Nascente”. Nunca houve, nem haverá, pelo menos proposto por ele, e reportado por ele em reunião de Câmara, qualquer cessão da posição contratual da Câmara com a empresa “Da Nascente” para na empresa “Glaciar”, enquanto não fôr cumprido na íntegra o contrato que foi celebrado entre as partes. Isso foi dito e escrito à empresa: primeiro cumpram o contrato e depois a Câmara avaliará se vai, ou não, conceder a possibilidade de transmissão do direito de exploração de uma empresa para a outra. -----

Reforçou que a empresa que tem a relação com a Câmara, neste momento, é apenas a “Da Nascente” e não a “Glaciar”. A distribuidora será a “Glaciar” e, provavelmente, haverá uma posição de venda da água que engarrafa, de uma empresa para a outra. Não há nenhuma posição contratual com a empresa “Glaciar”. -----

-----O Senhor Vereador, Marco Alexandre Lucas Veiga esclareceu que relativamente aos PERID's a comissão já teve uma reunião agendada para tratar desse assunto e outros que, entretanto, surgiram por motivos diferentes. Contudo, por indisponibilidade da sua parte, a reunião teve de ser adiada e ficou marcada para o dia seguinte à reunião da Câmara, à tarde. Concluiu dizendo que apresentará uma conclusão na próxima sessão.-----

-----O Senhor Vice-Presidente, António José Ascensão Fraga proferiu que, na última sessão de Câmara, o Senhor Vereador José Manuel Biscaia fez uma Declaração de Voto. Entende que não deve fazer comentários à mesma, todavia, se o confronto politico-partidário não significa o “valeduto”, aí está de acordo, então, há que repor a verdade. Quer contestar a afirmação que foi feita de “...que os autarcas do Partido Socialista encabeçaram um levantamento político numa Assembleia Municipal, que todos recordam, sobre o preço da água...”. Isso não é verdade. Prosseguiu dizendo que se, quer ele, quer o actual Presidente da Câmara, se empenhassem em levantamentos políticos dessa ordem, seria fácil, perante o tema, não ter cento e cinquenta, ou cento e sessenta pessoas no auditório, como o Senhor Vereador José Manuel Biscaia afirmou, mas estariam lá trezentos e vinte duas pessoas sentadas e muitas mais de pé. O que efectivamente motivou as pessoas, foi a subida do preço da água, como as motivará, actualmente, se ocorrer uma situação análoga, tendo em conta que as pessoas sentem isso nas suas carteiras. Essa, é que é a verdade. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia manteve o que disse e referiu que é verdade. Quando refere autarcas do PS, não está a designar o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Fraga, o Senhor Presidente Esmeraldo Carvalhinho, nem o Senhor Vereador Engenheiro Marco Veiga. Significa que há muitos autarcas do PS; todos os autarcas das Juntas e das Assembleia são também autarcas. Sabe que o processo foi suscitado, formalmente, numa reunião extraordinária da Assembleia, que estava a reunir na Junta de Freguesia de São Pedro e



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que, depois em segunda sessão, veio para o Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, donde seguiu para o Centro Cívico. Falou em cento e cinquenta pessoas, mas estavam lá mais de duzentas pessoas e entende que foi gerido de maneira malcriada e com elementos do Partido Socialista a criarem o acerbamento. Foi visível, e as ofensas foram personalizadas, inclusive. Parece-lhe que estas coisas foram levadas a um nível para além do razoável, foi de política pura e, ainda por cima, uma política obscena. Esta matéria há-de vir à reunião de Câmara, ou outra, porque cumpre fazer o Regulamento das Águas, Resíduos e Efluentes, no sentido de poderem ser fixados os custos, os preços e as tarifas. Caso contrário, estar-se-á em ilegalidade. Prosseguiu dizendo que foi dito, no Relatório de Contas, pelo Senhor Presidente que, nestes últimos dois anos, as tarifas referentes a esta matéria subiram mais de dez por cento, o que leva a que a Câmara Municipal tenha já, neste momento, um encargo social elevadíssimo.-----

-----O Senhor Presidente corrigiu o Senhor Vereador, dizendo que foi vinte e cinco por cento. --

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou expondo que, na altura em que era Presidente da Câmara, houve um aumento de cento e sessenta por cento porque se ligou o efluente a Valhelhas e passou-se a pagá-lo. Considera que houve discussões que lhe pareceram irrazoáveis, porque toda a legislação determina que o comportamento da Câmara Municipal, no mandato anterior, estava correcto, tanto que nem hoje ainda a tarifa dá para pagar os encargos.-----

Prosseguiu dizendo que a Câmara Municipal de Manteigas tem gastos no saneamento, nas águas, nos resíduos e tem um prejuízo de setecentos e oito mil euros. O Senhor Presidente aponta um valor ligeiramente diferente, mas ele encontrou, de acordo com o Balanço, setecentos e oito mil euros. Considera isto, uma loucura para uma Câmara como a de Manteigas. De facto, alguém tem que encontrar soluções. O Governo tinha esse compromisso de acordo com a legislação, todavia, não cumpriu nada desse compromisso e do que era social. Para as câmaras pequenas e do Interior, não cumpriu rigorosamente nada e, para o País, também pouco cumpriu. Considera que esse incumprimento está, agora, a cair nesta Câmara, assim como caiu na outra e, como há-de cair, sucessivamente, nas diversas câmaras. Há que ter uma coisa como certa: o que a Câmara pagar a título de apoio social, nestes três itens, terá que os apurar a fim de se dizer ao Povo que, apesar de ser caro, a Câmara ainda está a suportar uma parte altamente significativa, que retira a capacidade de investir esse dinheiro noutras atitudes e em outras actividades.-----

-----O Senhor Presidente considera que a população do Concelho de Manteigas não é assim tão inapta, que siga alguém que ande a arregimentá-la para se manifestar. As pessoas sentiram na carteira o peso das facturas e foi isso que as motivou a reclamarem.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que repudia qualquer afirmação que lhe diga respeito, ou que esteja próxima no que diz respeito à arregimentação, seja de quem fôr. Está há muito tempo na política autárquica e nunca fez este tipo de política e, acha que não é a forma mais correcta de proceder. Concorda que se fixaram tarifas de valores inoportáveis e quando a intenção seria reduzir as mesmas, a Câmara apanhou com mais vinte cinco por cento (25%), entre aumentos de dois mil e dez e de dois mil e onze, o que a levou a optar por outro tipo de soluções que poderiam ter sido adoptadas há mais tempo: reduzir a factura da água à Câmara, de forma a aliviar também a carga aos munícipes. Neste momento, ocorrem obras no Ribeiro da Vila para separar as condutas de águas pluviais, das condutas do saneamento, das águas residuais que dão entrada na ETAR. Logo, à partida, haverá certamente uma redução significativa. Pode-se ver até, através da facturação, que depois de outras obras feitas nas condutas, houve reduções acentuadas durante o ano de dois mil e dez. Esse é procedimento para aliviar a factura à Câmara para que, daqui por algum tempo, possa estar à vontade para estudar a possibilidade de reduzir a carga aos munícipes. -----

Quanto ao facto do Governo não ter cumprido, ele não cumpriu nalguns aspectos, nomeadamente quanto à saída de uma das Câmaras do sistema multimunicipal, o que veio prejudicar seriamente o sistema. Mas também houve, por parte da empresa gestora do sistema multimunicipal, a AZC – Águas do Zêzere e Côa, S.A. um comportamento que, do seu ponto de vista, foi pouco adequado à gestão de uma empresa deste tipo, porque se alguém consegue, no ano de dois mil e dez, reduzir em trezentos mil euros as despesas com pessoal, é sinal que houve formas de gestão que não eram as mais correctas. -----

Prosseguiu dizendo que uma empresa que, sistematicamente, dá prejuízo e que vai directamente aos cofres dos associados, que são ao mesmo tempo, os únicos senhores da empresa e que têm, por essa via, garantida a sua sustentabilidade financeira, é uma empresa que, do seu ponto de vista, tem pouca consciência ou nenhuma. -----

Concorda que há falta de intervenção do Governo, contudo, quem paga são as câmaras municipais, mas com o dinheiro dos munícipes. Do seu ponto de vista, é um acto de injustiça para com os habitantes da área de intervenção deste sistema multimunicipal. Continuou dizendo que, para sustentar uma empresa, para consolidar as suas dívidas, para a salvar da falência iminente anual, aumenta-se a água assim desta forma inconsciente, porque é fácil, porque quem paga são sempre os mesmos. Portanto, há também a intervenção da empresa que, do seu ponto de vista, não estava de uma forma séria à frente deste processo. Hoje, os municípios são unânimes em dizer que o sistema não é comportável, e o conjunto de todas as Câmaras Municipais oficiaram a AZC, dando noventa dias para avaliar o processo e chegar a uma fórmula



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

clara para a redução das tarifas, ou então, os municípios avançariam com outro tipo de processo, no sentido da dissolução do sistema multimunicipal.-----

Continuou dizendo que os Senhores Vereadores tinham conhecimento das reuniões que houve com a Senhora Ministra do Ambiente, do que se passou nas mesmas e do que se está a passar, neste momento. Salientou que gostava que o assunto já estivesse resolvido e, se Senhora Ministra do Ambiente tivesse cumprido, tal como afirmou, que teria uma proposta, dentro de algumas semanas, para a resolução do problema, os municípios já poderiam estar hoje mais aliviados. Sabe que, neste momento, está a ser elaborado um processo para a criação do Fundo de Equilíbrio Tarifário, tal como foi dito pela Senhora Ministra, há cerca de um mês, todavia, não há ainda conhecimento concreto da fórmula que vai ser aplicada.-----

Concluiu dizendo que face às circunstâncias do momento, tem dúvidas de que seja um processo com resolução breve. Espera que quem venha a ter a pasta do ambiente e que tem responsabilidades de resolução destes problemas, o faça com objectividade e com sentido de justiça social, acima de tudo.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia evocou as intervenções feitas em termos das separativas das águas, até dois mil e nove: rua dos Bombeiros, rua de Santa Maria, da Arrifana até São Marcos, de São Marcos até à Fonte dos Namorados, na rua Bernardo Marcos Leitão, na Avesseira, nos Serviços Florestais, no Bairro do Outeiro, no bairro vinte cinco de Abril, no Centro Histórico, nas levadas junto dos pomares do Senhor Francisco Esteves, na Levada Nova, na Estrada da Lapa, no bairro do Alardo, na Estrada das Caldas, na Zona dos Moinhos, nas piscinas da Sotave, do bairro de Santo António até ao bairro da Matufa, no Cerro de Sameiro, na Rua da Igreja em vale de Amoreira. Salientou a quantidade enorme de intervenções feitas pelo anterior Executivo e referiu que sabe que há causas endógenas do nível de efluentes. Aditou que não duvida de que, no seu mandato, enquanto Presidente de Câmara, e no actual mandato, existam zonas possíveis de infiltração ao longo do Rio Zêzere, a partir de Manteigas, e também, no Ribeiro de Sameiro, que são de alta promiscuidade. Considera positivo que se continue a fazer este tipo de separativas.-----

No que diz respeito à empresa AZC, referiu que é uma empresa cuja natividade foi igual a tantas outras empresas de águas e, todas elas, em sobressalto financeiro e gestor. O caso concreto da AZC é pior porque, primeiro foi induzido por legislação do Governo e, também sabe que Manteigas não tinha problemas com o abastecimento de água. Não tinha tantas necessidades assim, excepto na área dos efluentes. O facto, é que uma noção global de distrito e solidariedade municipal, levou a que todos os municípios aderissem mediante uma proposta, quase compulsiva, do Governo do Partido Socialista, e ele aderiu conscientemente, a Câmara aderiu e a Assembleia Municipal aderiu conscientes de que, efectivamente, seria uma melhoria



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para Manteigas. O Concelho tinha um problema gravíssimo com as salmonelas, que todos aduziam que era por causa de uma ETAR, que não tratava nada porque tinha sido mal elaborada e, descondicionadamente, como a Sotave. Dizia-se que não tratava, misturava mal as águas que lá chegavam efluentes e, portanto, havia que encontrar uma solução. A primeira solução encontrada foi localizar uma infra-estrutura em Vale de Amoreira, tendo-se comprado um terreno para este efeito. Depois, não foi essa a solução e encontrou-se uma solução mais a jusante, em Valhelhas. Continuou dizendo que, numa fase inicial de investimento, os investimentos são de milhões larguíssimos, e é natural que o pessoal e as despesas correntes tenham uma primordial importância. Surpreendia-o pouco porque é que, depois de noventa por cento dos investimentos, dos macro-investimentos, estarem feitos, as despesas correntes diminuíssem: Deixou de haver o acompanhamento de obras, deixou de haver empresas contratadas para fazer a fiscalização de obras, deixou de haver tantos funcionários necessários e logo, naturalmente, as despesas correntes tinham de baixar. Era imperativo e natural. ----- Prosseguiu dizendo que, na fase inicial dos investimentos aconteceram vários sobressaltos. Primeiro as empresas foram condicionadas logo na fase de implantação e já em fase final do quadro comunitário: A empresa só teve um financiamento de menos de quarenta por cento para os investimentos todos, ao contrário das empresas análogas que tiveram entre setenta e oitenta por cento, de investimento financiado pela Europa. O que equivale a dizer que tiveram que socorrer-se do Banco Europeu de Investimentos, ou de financiamentos na Banca Nacional, ou do próprio investidor principal que era o Estado, através das Águas de Portugal. Portanto, esta empresa é deficitária desde o princípio e com elevados encargos financeiros. ----- Continuou expondo que piorou quando o Governo deixou sair a Covilhã do Sistema, quando estava tudo condicionado para haver macro-tratamentos entre a Covilhã e Belmonte e teve que haver alterações de plano. Tiveram que construir-se um conjunto de Etar's, o que levou exponencialmente o investimento a níveis perfeitamente imprevisíveis. Ele próprio, falou com o Senhor Ministro do Ambiente que aceitou que, no mínimo, tinha que dar a esta empresa um financiamento de doze milhões de euros, só pelo facto de ter saído a Covilhã do meio deste processo. Todavia, o Senhor Ministro do Ambiente e toda a gente esqueceu que, a esta empresa, foi acupulada uma empresa de resíduos. A AZC que tinha também os resíduos vendeu essa infra-estrutura, por um euro à empresa Resiestrela, que também é do Estado. Prosseguiu dizendo que parece que a Resiestrela está a dar resultados, está a ser bem gerida e a gestão da AZC é ao contrário única responsável pelos custos da água quando a supervisão gestonária é da Águas de Portugal. Pensa que dizer que a AZC está mal gerida, é uma maledicência, porque quem está a supervisionar é a Águas de Portugal. É a Águas de Portugal que vai ao Banco Europeu de Investimentos, é a Águas de Portugal que cativa ou não cativa verbas e é a Águas



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de Portugal que vendeu, por um euro, à Resiestrela as infra-estruturas dos resíduos que foram amplamente financiados pela AZC. Portanto, a AZC começou mal e tem na sua génese gestonária a culpa que vem a montante deste processo. Os administradores são todos administradores da Águas de Portugal e havia lá dois administradores não-executivos da parte dos Municípios que sempre estiveram contra determinados tipo de aumentos de custos. Continuou dizendo que se Manteigas cobrasse as mesmas tarifas que cobra o Fundão e a Guarda, chegava para pagar a dívida toda à AZC. Equivale a dizer também que, quando se está na oposição, diz-se mal das tarifas, coisa que ele ainda não fez, e quando se está no Governo das Câmaras acha-se que as tarifas estão boas. Conclusão, quando o PS, na Guarda tem umas tarifas que considera razoáveis, o PSD diz que é uma vergonha porque estão a ter umas tarifas altíssimas. No Fundão é o contrário, é o PSD que diz que as tarifas estão bem, e é o PS que diz que as tarifas são altíssimas. Em Manteigas, também era o PSD na Câmara que estava com umas tarifas horrorosas. De seguida, exclamou que ao menos alguém tenha a coragem ou de unificar tarifas, ou de dizer ao Governo que cumpra aquilo que tinha que cumprir, que era o PEAASAR, que tem seis anos, e que criava um Fundo de Equilíbrio Financeiro especialmente para os municípios que estavam no Interior e que não tinham capacidade de sobrevivência com estes níveis de preços. Aditou que já passaram dez presidentes pela AZC, e ele esteve desde o início e acabou em dois mil e dez. Sempre o Presidente foi apresentado pelas Águas de Portugal, cada um fazendo cumprir os investimentos que estavam programados e cada um com os seus defeitos e virtudes. À semelhança da AZC estão a Águas do Centro, a Águas do Alentejo e a Águas do Algarve. Os únicos sistemas que dão lucro são o Porto, Gaia e Lisboa, exactamente porque a volumetria de vendas é tal e os investimentos já estão feitos há tantos anos, que já não dá prejuízo, dá lucro. Quando foi pedido à Associação Nacional de Municípios Portugueses para fixar uma tarifa uniforme, nem que fosse por zonas do País, a associação não se envolveu porque Lisboa, Gaia e Porto disseram logo que não estavam para pagar as tarifas dos outros. Existe falta de solidariedade entre as câmaras municipais e entre as regiões, assim como se pode ver também com o que aconteceu com a Comunidade Urbana das Beiras, que imputou a Manteigas e pequenos municípios apenas dois milhões de euros, para o quarto Quadro Comunitário de Apoio, QREN. -----

Entende que, o Governo é o principal culpado. Directamente, quando exclui a Covilhã e indirectamente através da Águas de Portugal, porque contratou para a AZC somente trinta oito por cento de financiamento da União Europeia, e culpa também a Entidade Reguladora que, sobre esta matéria, nada fez e antes legitima o preço que a AZC propõe. Frisou que não está a defender a AZC, porque foi administrador não executivo da mesma, sendo o seu papel de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

representação dos municípios, durante dez anos, mas custa-lhe ouvir sobre a responsabilização directa de situações que lhe são alheias. -----

Prosseguiu dizendo que, do seu ponto de vista, sem estar a desculpar-se, apontar para um administrador, ou para todos eles, não é justo porque lhe parece que são os menos responsáveis. O que está mal é para se dizer, e continuar a dizer, mas tudo foi politicamente tratado, sem nenhuma consciência de que havia diferenças nos Sistemas e, o que é diferente, não pode ser tratado de maneira igual, e estão a tratar de maneira igual as coisas que são diferentes. -----

Manifestou o seu apoio ao Senhor Presidente, não politicamente, mas quanto a contestar os preços. Pensa que se há-de encontrar uma solução em ordem a que os munícipes de Manteigas, e outros munícipes equiparados aos de Manteigas, tenham preços razoáveis a suportar, e que não sejam as Câmaras, que já não têm capacidade de investimento, nem receitas próprias, a suportar este peso enorme que será, no mínimo, no valor de quatrocentos mil euros por ano. -----

-----O Senhor Presidente fez duas constatações: ele, Presidente da Câmara é contra o sistema multimunicipal e combate a AZC, e o Senhor Vereador José Manuel Biscaia defende a AZC. A segunda constatação é a seguinte: tanto em oposição como na maioria, pensou sempre da mesma forma em relação a este sistema multimunicipal. Aditou que havia duas soluções que os municípios tinham de adoptar, quando oficiaram o sistema multimunicipal: ou hipotecavam uma boa parte dos seus orçamentos ou tinham de recorrer à carteira dos munícipes. Estão a acontecer as duas coisas.-----

-----O Senhor Vice-Presidente, António José Ascensão Fraga, referiu que o Senhor Vereador José Manuel Biscaia tinha acabado de lhe dar a razão ao afirmar "...quando refere autarcas do PS, não está a designar o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Fraga, o Senhor Presidente Esmeraldo Carvalhinho, nem o Senhor Vereador Engenheiro Marco Veiga...". Na prática quem ler a acta da reunião de Câmara, obviamente, atribuirá essa liderança aos autarcas do PS, Esmeraldo Carvalhinho e António Fraga. Fica assim reposta a verdade e no que diz respeito à temática da água, está de acordo, até em muitos pontos referidos.-----

Ordem do Dia-----

Conhecimento do ofício datado de onze de Abril de dois mil e onze, remetido pelo Governo Civil do Distrito da Guarda, referente ao levantamento do condicionamento implantado na E.N. 338 Piornos/Manteigas.-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento do ofício datado de onze de Abril de dois mil e onze, remetido pelo Governo Civil do Distrito da Guarda, referente ao levantamento do condicionamento implantado na E.N. 338 Piornos/Manteigas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Conhecimento do ofício nº 488/2011, datado de cinco de Abril de dois mil e onze, remetido pela Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, referente à Moção A23 – Of. Circular: nº 02/2011. -----

----- O Senhor Presidente deu conhecimento do ofício nº 488/2011, datado de cinco de Maio de dois mil e onze, remetido pela Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, referente à Moção A23 – Of. Circular: nº 02/2011.-----

Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas, formulado pela Senhora Maria Helena Ferreira Pito. -----

----- Foi presente a informação nº 048/2011/JG, datada de treze de Abril de dois mil e onze, referente ao pedido de isenção de taxas de licenciamento, formulado pela Senhora Maria Helena Ferreira Pito. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia fez uma chamada de atenção sobre o formalismo do requerimento, que fazia menção a dois assuntos: um é da competência do Senhor Presidente ou de quem o Senhor Presidente delegou, o outro vai para decisão em reunião de Câmara. Salientou que um requerimento só pode conter um tema. Apoiava a isenção de taxas, mas o requerimento deve ser desdobrado em dois requerimentos, de acordo com os temas apresentados.-----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento de taxas de licenciamento, formulado pela Senhora Maria Helena Ferreira Pito.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Deliberação sobre a adjudicação da empreitada “Centro Interpretativo e Sensibilização Ambiental (Centro de Energias Renováveis – Fábrica do Rio)”.-----

----- Foi presente a informação nº 13/2011 J.C., datada de vinte de Abril de dois mil e onze, bem como o Relatório Final do Concurso Público Urgente da Empreitada do Centro Interpretativo e de Sensibilização Ambiental (Centro de Energias Renováveis – Fábrica do Rio) referente à adjudicação da empreitada.-----

----- O Senhor Presidente referiu que foi questionado em relação a pareceres prévios do Tribunal de Contas, ou seja, relativamente à rapidez com que foram contraditados os processos. Sobre este assunto, a Câmara Municipal foi convocada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, para uma reunião que aconteceria no dia seguinte, a fim de que esta entidade prestasse os esclarecimentos, resultado da reunião que teve com o Tribunal de Contas e Direcção Geral de Administração Local.-----

Aditou que, efectivamente, há processos que foram avaliados num prazo de tempo mínimo. Acha estranho que o Governo decida de uma determinada forma e o Tribunal de Contas esteja a sancioná-los de outra. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sanciona a atitude do Governo, como sanciona as câmaras municipais, na apresentação dos seus processos, quando cumprem a lei. Saliu que a Câmara Municipal de Manteigas vai fazer, também, um pedido de visto prévio ao Tribunal de Contas, que acontecerá depois desta deliberação, e que se ficará a aguardar o que Tribunal de Contas comunicar. -----

Prosseguiu dizendo que a reunião, que deveria acontecer no dia seguinte, foi adiada e que toda a informação que a ANMP tem para prestar, será concedida dentro dos próximos dias, facto de que se dará conhecimento. -----

Continuou dizendo que a Câmara Municipal irá instruir o processo, de forma a que o Tribunal de Contas não tenha qualquer tipo de reparo negativo a fazer, visto que está a cumprir o QREN. Aditou que a Câmara Municipal de Manteigas tem, neste momento, candidaturas que estão a ser bem conduzidas, que cumprem todos os requisitos e têm um grau de maturidade, mais que suficiente, para uma decisão rápida. -----

Entende que as Câmaras Municipais não têm culpa do atraso do QREN.-----

De seguida, relativamente ao assunto em apreço, propôs que se deliberasse a adjudicação da empreitada de acordo com o relatório anexo à informação. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia comentou que não entendeu o que estava expresso no ponto quatro, onde se lia "...Conforme foi referido aquando da abertura do concurso público urgente, esta modalidade de procedimento proporciona a diminuição para candidatar...". -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que era "...Conforme foi referido aquando da abertura do concurso público urgente, esta modalidade de procedimento proporciona a diminuição de tempo para candidatar...". Tratava-se de uma gralha e ele próprio já tinha escrito à mão nos seus documentos "...de tempo...".-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que havia uma afirmação que não estava correcta, assim onde está escrito "...este procedimento é a via mais adequada para garantir o indispensável financiamento das obras através dos fundos QREN..." deve estar escrito "...este procedimento é a via mais adequada para atingir as cotas máximas de financiamento das obras através dos fundos QREN...", é importante, porque quem vier "a posteriori" não vai entender nada disto. -----

Prosseguiu dizendo que no ponto II, no número nove da proposta final, lê-se assim: "...relativa à indicação da despesa conforme decisão do ponto anterior...". Entende que não é correcto, porque pensa que é uma cópia do contrato que tem de ir para a Contabilidade, com o valor exacto para substituir o cabimento pelo compromisso, com um determinado credor, que é a quem se alocou o concurso público. Fica imediatamente definida a verba e o credor. Contudo, se é feito por vias enviesadas, a Contabilidade perde o controlo do compromisso e do credor. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente esclareceu que, o que se está a propor é a fidelização da informação prestada à Contabilidade, relativa à indicação da despesa. É para fazer referência à rubrica e à dotação orçamental, para se juntar ao pedido de parecer prévio, perante o Tribunal de Contas e quando for celebrado o contrato, naturalmente, far-se-á a cabimentação. -----

Salientou que a proposta está formalizada de forma igual ao que consta em todos os pareceres. Entende que se está sempre a evoluir e, por vezes, chega-se à conclusão de que se errou no passado. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que no ponto três, está escrito assim "...Por outro lado a execução atempada da obra permite um aumento ou majoração no financiamento de 80%...". Considera que uma coisa é o aumento, outra coisa é a majoração. São dois conceitos completamente distintos. Não é correcto "...financiamento de 80%..." mas sim "...financiamento para 80%...". -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que, de acordo com as invocadas orientações do Governo sobre o QREN, a grande justificação do concurso urgente, mesmo para o Tribunal de Contas é, porque o Governo determinou que as Câmaras que apresentassem em prazo útil as candidaturas, tinham oitenta por cento de apoios. É de opinião que é isso que o Senhor Presidente da Câmara vai defender na ANMP e o Presidente da Associação também o irá defender por ser legal. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que a ANMP já defendeu. Irá clarificar a Câmara Municipal sobre qual é a forma de apresentação dos documentos no Tribunal e qual a fundamentação, porque a ANMP já reuniu com o Tribunal de Contas. Acrescentou que esta obra tinha uma candidatura ao QREN, com pré-inscrição feita através da continuação do SIM, que lhe dá um financiamento de seiscentos mil euros, apenas e só. Todavia, foi feita mais uma candidatura para o restante, ao Turismo de Portugal, que está a participar com mais quatrocentos e quatro mil euros. Foi transmitido, já foi aprovado e está, neste momento, na Secretaria de Estado para homologação. Ultrapassa um milhão e sessenta e oito mil euros para financiamento desta obra. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou se não houve reclamações dos concorrentes ao que o Senhor Presidente respondeu que não. -----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada do Centro Interpretativo e de Sensibilização Ambiental (Centro de Energias Renováveis – Fábrica do Rio) ao consórcio Constrope Construções, S.A. e Gigabeira – Instalações Especiais, Lda., pelo valor de um milhão, duzentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e três euros e setenta e nove cêntimos (1.232.343,79€). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deliberação sobre a adesão do Município de Manteigas ao Protocolo de Cooperação Provedor de Justiça/ANMP, apresentado pela ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

-----Foi presente o *e-mail* da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de trinta de Março de dois mil e onze, referente a adesão do Município de Manteigas ao Protocolo de Cooperação Provedor de Justiça/ANMP. -----

-----O Senhor Presidente clarificou que irá ser feito um edital, onde constará a indicação de qual é o sector que fica encarregue deste assunto, para que o público perceba a quem se deve dirigir. -----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável à adesão do Município de Manteigas ao Protocolo de Cooperação Provedor de Justiça/ANMP, apresentado pela ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses e comunicá-lo à ANMP. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre o pedido de subsídio, formulado pela Associação Silêncio, com vista a minimizar as despesas da comemoração do seu 11º Aniversário. -----

-----Foi presente o *e-mail* datado de vinte e um de Março de dois mil e onze, referente ao pedido de subsídio, formulado pela Associação Silêncio, com vista a minimizar as despesas da comemoração do seu décimo primeiro Aniversário. -----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de duzentos euros (€200,00). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a proposta de subscrição do Manifesto “Investir na Educação, Defender a Escola Pública”, promovido pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. -----

-----Foi presente o ofício referência 292/C, datado de vinte e um de Março de dois mil e onze, referente à proposta de subscrição do Manifesto “Investir na Educação, Defender a Escola Pública”, promovido pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. -

-----O Senhor Presidente entendeu que esta proposta vem de encontro àquilo que as câmaras municipais têm andado a fazer: a necessidade de melhorar a qualidade do ensino público, com verbas mais significativas a transferir para os Municípios. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considerou que existem algumas deficiências na apresentação, porque nunca se investiu tanto na educação como neste Governo.

-----O Senhor Presidente propôs que se subscreva a proposta do STAL, mesmo com algumas deficiências em termos de apresentação. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso votou contra e referiu que estaria de acordo, se lhe apresentassem um manifesto para uma escola pública de excelência. Além do mais, se considera importante que o ensino público seja de qualidade, defende que o ensino privado é absolutamente indispensável e deve merecer também apoio por parte do Estado. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia também votou contra. Aditou que se existem câmaras que têm funcionários a trabalhar para o ensino, por força de acordo que tenham feito e, se estão a ficar sem dinheiro para pagar, ou se o dinheiro que recebem do Estado é menos do que o necessário, então, concorda que se reclame e, se fôr esse o caso da Câmara Municipal de Manteigas, reclamará. -----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, subscrever o Manifesto “Investir na Educação, Defender a Escola Pública”, promovido pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Apreciação do acordo celebrado entre o Senhor ex-Vereador José Quaresma Pinheiro e o Senhor Alexandrino Estrela Ganilha, relativo à cedência de uma parcela de terreno no âmbito da execução da empreitada de “Requalificação Urbana da Estrada de Ligação da E.N. 232 à E.R. 338”. -----

-----O Senhor Presidente transmitiu que recebeu o Senhor Alexandrino Ganilha, que lhe falou da necessidade de se resolverem alguns problemas que ficaram pendentes, aquando da ocupação de um terreno para o alargamento e requalificação urbana da estrada de ligação da E.N. 232 à E.R. 338. Aditou que a primeira atitude que toma nestas situações, é procurar o historial dos processos. Contudo, neste caso, a procura revelou-se infrutífera. Quando o transmitiu ao Senhor Alexandrino Ganilha, este informou que tinha esta declaração. Foi efectuada nova busca com os mesmos efeitos, não se obteve qualquer resultado. Consequentemente, resolveu apresentar a cópia da declaração a reunião de Câmara, a fim de ser validada com recurso ao crédito que merece a declaração do Senhor Ex-Vereador, que no seu ponto de vista, não é válida, para o efeito, porque não seria uma competência do Senhor Vereador, mas pretende-se dar crédito ao compromisso assumido pelo Senhor Vereador, em nome da Câmara. -----

De seguida, propôs que se validasse a declaração para se dar sequência ao solicitado pelo munícipe. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso frisou que faltavam as iniciais de quem dactilografou a declaração bem como o código do assunto. Pensa que é um requisito fundamental quando se faz um documento destes de forma a que se possa identificar no Arquivo. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente salientou que o documento está assinado pelo Senhor Ex-Vereador José Pinheiro. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que o Senhor ex-Vereador José Pinheiro lhe telefonou na altura em que estava a ler os documentos da reunião de Câmara, pelo que aproveitou para lhe perguntar se tal correspondia à verdade e, se se lembrava do assunto, tendo o Senhor ex-Vereador respondido afirmativamente.-----

-----O Senhor Presidente reforçou que é necessário validar o documento para que se possa executar. Considera a declaração um pouco simplista mas dá-lhe pleno crédito. Falta um conjunto de informações e não vai ser fácil, perante a validade da mesma definir, junto do município, quais são os trabalhos que a Câmara se responsabilizou para fazer. Será feita uma avaliação baseada no bom senso.-----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, validar a declaração apresentada, referente ao acordo celebrado entre o Senhor ex-Vereador José Quaresma Pinheiro e o Senhor Alexandrino Estrela Ganilha, relativo à cedência de uma parcela de terreno no âmbito da execução da empreitada de “Requalificação Urbana da Estrada de Ligação da E.N. 232 à E.R. 338”. -----

Ratificação dos actos praticados constantes na informação nº 30/2011/APROV, datada de dezanove de Abril de dois mil e onze, referente à aquisição de serviços – requisições.-----

-----Foi presente a informação nº 30/2011/APROV, datada de dezanove de Abril de dois mil e onze, referente à aquisição de serviços, de acordo com o deliberado em reunião ordinária, de nove de Fevereiro do corrente ano. -----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a aquisição de serviços. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências.-----

-----Foi presente a relação número oito, barra dois mil e onze dos actos praticados por delegação do Senhor Presidente.-----

Finanças Municipais.-----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e oito euros e noventa e nove cêntimos (€ 347.398,99).-----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e trinta minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Vereadores presentes e por mim

Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho,

Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi. -----

